

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

AVALIAÇÃO OBJETIVA - SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIO

2011

Nome: _____ CPF: _____

Instruções para a prova

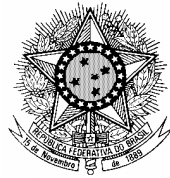
01. Escreva seu nome e CPF, de forma legível, nos locais indicados.
02. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
03. Ao receber a autorização do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita após iniciada a prova.
04. Verifique se este caderno de provas contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
05. Para cada questão há quatro opções: A, B, C e D. Apenas uma delas está correta.
06. Leia cuidadosamente cada uma das questões e marque a opção de sua escolha. Essa resposta deve ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS que será entregue após decorrida 1 (uma) hora do início da prova.
07. Na FOLHA DE RESPOSTAS, as questões são representadas pelos seus respectivos números. Preencha, completamente, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas, conforme o exemplo:

A

B

C

D



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

08. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda, rasura, uso de corretivo ou para qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.

09. Não esqueça de assinar a FOLHA DE RESPOSTAS.

10. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular, *page*, *ipod*, *ipad* etc.).

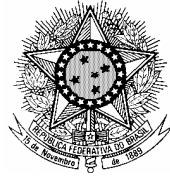
11. Ao final da prova há um “Gabarito Rascunho”, no qual o candidato poderá, se assim o desejar, anotar suas respostas para comparação com o Gabarito Oficial, quando de sua divulgação.

12. Ao terminar a prova, entregue este CADERNO DE PROVAS e a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

LISTA DE ABREVIATURAS

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; TST – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO; TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO; TRF – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL; AGU – ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO; PGFN – PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL; CF/88 ou CR/88 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988; CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; CTN – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL; DAU – DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO; FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS; LC – LEI COMPLEMENTAR; IRPF – IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA; IPI – IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS; ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS; PIS/PASEP – CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP); COFINS – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

CADERNO DE PROVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre as normas constitucionais, é **CORRETO** afirmar:

a) Considerando o *status* hierárquico superior da Constituição Federal de 1988 em relação às demais normas, não poderá o legislador, em nenhuma hipótese, seja mediante lei ordinária ou complementar, restringir a eficácia de suas normas, sob pena de inconstitucionalidade.

b) As normas constitucionais materiais são aquelas que veiculam matérias tidas por essencialmente constitucionais, tais como a *separação de poderes* e o *estabelecimento de direitos e garantias fundamentais*, razão pela qual, no direito brasileiro, as normas constitucionais formais podem ser modificadas pelo legislador ordinário independentemente de emenda à Carta Magna.

c) A respeito das normas constitucionais de eficácia limitada, tem-se que elas, considerando seu reduzido grau de eficácia, não se apresentarão dotadas de eficácia vinculante, nem mesmo em relação ao legislador ordinário.

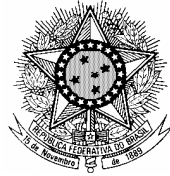
d) As normas programáticas são aquelas que dispõem acerca de objetivos cuja concretização depende de providências situadas fora ou além do texto constitucional.

2. Sobre o controle de constitucionalidade das normas no ordenamento jurídico brasileiro é **INCORRETO** afirmar:

a) No sistema de separação de poderes estabelecido pela Constituição Federal de 1988, é lícito ao Poder Judiciário somente o exercício do controle de constitucionalidade das normas pela via incidental ou concreta.

b) Em razão da legitimidade que lhes foi outorgada diretamente pelo artigo 103, IX, da Constituição Federal de 1988, não se pode exigir das confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional o requisito da chamada *pertinência temática*.

c) Estará configurada a *inconstitucionalidade por omissão parcial* no caso de exclusão de benefício incompatível com o princípio da igualdade, caso a norma conceda vantagem a determinado grupo sem contemplar outros que se encontrem em condições idênticas.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

d) Caso o Supremo Tribunal Federal julgue procedente ação direta de inconstitucionalidade, a eficácia *erga omnes* de tal acórdão independe da suspensão da execução da norma pelo Senado Federal.

3. Acerca dos direitos fundamentais é CORRETO afirmar:

a) A chamada *cláusula de reserva jurisdicional* impede que uma comissão parlamentar de inquérito determine, ainda que fundamentadamente, busca e apreensão domiciliar.

b) Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 não protegem os estrangeiros em situação irregular em território nacional, mas apenas aqueles cuja permanência tenha sido previamente autorizada pelo Ministério da Justiça.

c) Considerando que os direitos individuais visam à proteção do indivíduo em face do Estado, não é razoável sua aplicação em se tratando de relações privadas estabelecidas entre pessoas naturais e pessoas jurídicas.

d) Ante o caráter constitucional do *direito de petição*, com o advento da CF/88, qualquer pessoa poderá ajuizar *ação popular* perante a Justiça comum.

4. A adequabilidade, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito são consideradas decorrências lógicas da estrutura dos princípios, subprincípios do princípio da proporcionalidade, configurando critérios para a solução de conflitos entre princípios jurídicos, segundo a teoria:

a) dos *princípios como mandamentos de otimização*, de Robert Alexy.

b) do *Direito como Integridade*, de Ronald Dworkin.

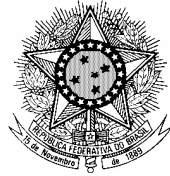
c) da *aplicabilidade das normas constitucionais*, de José Afonso da Silva.

d) do *tridimensionalismo jurídico*, de Miguel Reale.

5. Das afirmativas abaixo, assinale a VERDADEIRA:

a) A vitaliciedade dos juízes e membros do Ministério Público somente ocorrerá após decorridos três anos de efetivo exercício no cargo.

b) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes ambientais, considerando caber à União proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

c) Considerando a inexistência de hierarquia entre leis ordinárias e complementares, é possível a uma lei ordinária dispor acerca de determinada matéria tratada em lei complementar, existindo tão somente âmbitos materiais diversos atribuídos pela Constituição a cada uma dessas espécies normativas.

d) Os parlamentares estaduais deverão ser julgados perante o Tribunal de Justiça da respectiva unidade da federação, ainda que se trate de crime cometido contra o patrimônio da União, suas autarquias, fundações ou empresas públicas, em razão da simetria estabelecida relativamente aos parlamentares federais.

6. Relativamente ao processo legislativo brasileiro, tem-se por CORRETO afirmar:

a) Isenção de tributos concedida por lei complementar não pode ser revogada mediante simples lei ordinária, em razão de haver hierarquia entre tais atos normativos.

b) Em razão do *princípio da independência entre os poderes*, o Supremo Tribunal Federal não pode declarar a inconstitucionalidade de medida provisória, em qualquer hipótese.

c) Em razão da opção do Constituinte pelo Federalismo, que consagra a autonomia das unidades que o integram, tem-se não ser possível exigir dos Estados-Membros a observância das regras gerais atinentes ao processo legislativo consagradas na Constituição Federal de 1988.

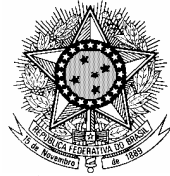
d) Emenda Constitucional que venha a estabelecer normas mais rígidas para fins de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios não se apresenta ofensiva à cláusula atinente à forma federativa de Estado.

7. Acerca do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro é CORRETO afirmar:

a) A declaração de inconstitucionalidade de ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado, ao reconhecer haver sido o ato praticado em desacordo com a supremacia do texto constitucional, implica no reconhecimento de sua nulidade. Não é possível, assim, que a decisão somente produza efeitos para o futuro.

b) Caso seja negada a concessão de medida cautelar em sede de ação declaratória de constitucionalidade de lei complementar federal, os demais juízes e tribunais poderão declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de tais atos normativos.

c) A decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade, que rejeita a inicial por inépcia, é irrecorrível, salvo o caso de interposição de embargos declaratórios.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

d) Segundo jurisprudência do STF, deve o Advogado-Geral da União sempre se manifestar pela improcedência da ação direta de inconstitucionalidade em face de lei federal.

8. Com relação às classificações doutrinárias das constituições, assinale a única alternativa INCORRETA:

a) quanto ao modo de elaboração, as constituições podem ser *dogmáticas*, quando elaboradas por escrito por um órgão constituinte, e *históricas*, quando resultantes de um processo evolutivo de tradições jurídicas de um povo.

b) diz-se *cesarista* a constituição, quando outorgada por ato de autoridade e submetida a referendo popular.

c) é *rígida* a Constituição, quando não são admitidas quaisquer alterações em seu teor, ainda que por meio de emendas.

d) em sentido *material*, somente se consideram constitucionais as normas que se referam à organização e funcionamento do Estado, bem como ao reconhecimento e tutela dos direitos fundamentais; em sentido *formal*, são constitucionais todas as normas que integram a constituição escrita.

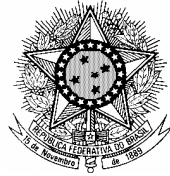
9. Na interpretação das normas constitucionais, refere-se a doutrina à existência de determinados princípios hermenêuticos, que devem ser levados em consideração pelo intérprete. Quanto ao significado de tais princípios, aponte apenas a alternativa que NÃO está corretamente formulada:

a) segundo o *princípio da unidade da constituição*, devem as normas constitucionais ser analisadas não de forma isolada, mas, sim, como um sistema unitário de regras e princípios.

b) a teor do *princípio da concordância prática*, devem as normas infraconstitucionais ser interpretadas de tal modo que não colidam com os preceitos constitucionais.

c) pelo *princípio da máxima efetividade*, reclama-se do intérprete constitucional uma postura voltada para o sentido que, sem alterar o texto constitucional, lhe proporcione maior eficácia.

d) o reconhecimento das especificidades da interpretação das normas constitucionais não afasta sumariamente o recurso aos meios hermenêuticos clássicos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

10. Sobre os direitos fundamentais, **NÃO** se pode validamente afirmar:

- a) que os direitos de primeira dimensão correspondem ao reconhecimento das liberdades públicas em face do poder estatal, ao qual impõem limitações negativas.
- b) que a segunda dimensão de direitos fundamentais reclama do Estado a adoção de políticas públicas e sociais, no sentido da concretização do princípio da igualdade.
- c) que, embora não haja consenso entre os estudiosos, cogita-se, doutrinariamente, do reconhecimento dos direitos fundamentais também nas relações entre particulares, caso em que se fala em eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- d) que a enumeração constante do art. 5º, da Constituição Federal vigente representa típico caso de *numerus clausus*.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. “Pressuposto de fato e de direito que dá ensejo à prática do ato administrativo”. Trata-se do elemento:

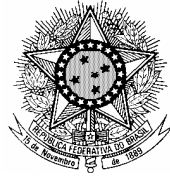
- a) Objeto.
- b) Motivação.
- c) Finalidade.
- d) Motivo.

12. Com relação à licitação, assinale a opção que corresponde à hipótese de *inexigibilidade de licitação*:

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- c) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- d) quando houver inviabilidade de competição.

13. Quanto às atribuições da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, previstas na Lei Complementar nº 73/1993, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) compete à PGFN a representação da União nas causas de natureza fiscal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- b) compete à PGFN a representação privativa da União na execução fiscal da dívida ativa tributária.
- c) compete à PGFN defender a lei ou ato normativo impugnados em ações diretas de inconstitucionalidade, se de natureza fiscal.
- d) compete à PGFN a consultoria e o assessoramento jurídico no âmbito do Ministério da Fazenda.

14. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) julgue os itens seguintes:

I – A lei define punições de cunho penal.

II – Os atos de enriquecimento ilícito (art. 9º) tem como punição a possibilidade de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 8 a 10 anos.

III – Segundo posicionamento do STF, a Lei de Improbidade aplica-se a todos os agentes públicos.

Estão (está) correta (s):

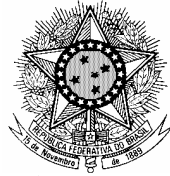
- a) I e III.
- b) II e III.
- c) Apenas II.
- d) I e II.

15. Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis Federais (Lei nº 8.112/90) assinale a opção CORRETA:

- a) A licença para tratamento de saúde pode ser concedida para servidores não-estáveis.
- b) Caso o servidor não seja aprovado no estágio probatório, será, então, demitido.
- c) O início do exercício de cargo público pode ocorrer através de procuração específica.
- d) A nomeação e a reversão são formas de *provimento originário*.

16. Sobre a organização da Administração Pública brasileira, assinale a opção CORRETA:

- a) A União e a Caixa Econômica Federal são pessoas jurídicas de direito público.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- b) As Organizações Sociais não fazem parte da estrutura da Administração Pública e celebram contrato de gestão com o Poder Público.
- c) É livre a instituição pelo Estado de empresas públicas e sociedades de economia mista que exerçam atividade econômica.
- d) Os órgãos públicos são dotados de personalidade jurídica própria, a exemplo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

17. Sobre os direitos assegurados aos administrados pela lei que rege o processo administrativo federal (Lei nº 9.784/99) assinale a alternativa INCORRETA:

- a) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- b) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- c) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- d) fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado.

18. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em relação ao *nepotismo*, assinale a alternativa CORRETA:

- a) é vedada a prática do nepotismo, em quaisquer hipóteses.
- b) é vedada a prática do nepotismo, de modo geral, excluído da vedação o prévio ajuste entre autoridades, para que sejam reciprocamente nomeadas pessoas que, de outra forma, se enquadrariam na hipótese de nepotismo (*nepotismo cruzado*).
- c) o nepotismo, apesar de moralmente condenável, não é vedado pelo ordenamento jurídico nacional.
- d) é vedada a prática do nepotismo, de modo geral, excluídos da vedação os cargos de natureza eminentemente política, tal qual o de Ministro de Estado.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

19. Sobre o regime de bens públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Um cemitério público pode ser classificado quanto à destinação como bem de uso comum do povo;
- b) Os bens públicos são penhoráveis;
- c) Os bens imóveis incorporados ao patrimônio público por dação em pagamento podem ser alienados através da modalidade de licitação *leilão*;
- d) Um imóvel de uma autarquia federal pode vir a ser adquirido por usucapião caso não atenda a sua função social prevista no art. 5º, XXIII, CF/88.

20. Sobre o poder de polícia analise as assertivas:

I - Pode-se ter como definição de *poder de policia* como aquele que limita a liberdade e a propriedade dos indivíduos em prol do interesse coletivo.

II - Segundo a jurisprudência do STF, o *poder de policia* pode ser delegado a particulares.

III - Um agente da defesa civil necessita de amparo judicial para remover pessoas de uma área de risco.

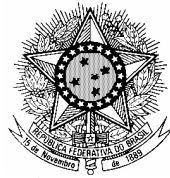
Estão (está) correta (s):

- a) I e II apenas.
- b) I apenas.
- c) II apenas.
- d) III apenas.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

21. Segundo a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal, crime material contra a ordem tributária:

- a) independe do lançamento efetuado ou a ser efetuado pela autoridade administrativa.
- b) não se tipifica antes do lançamento do tributo, passível de revisão na esfera administrativa.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- c) não se tipifica antes do lançamento definitivo do tributo.
- d) não se tipifica antes do ajuizamento da execução fiscal.

22. Segundo a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, a competência para o julgamento do crime de contrabando ou descaminho é definida:

- a) pela prevenção do Juízo Federal do lugar da apreensão do bem.
- b) pela prevenção do Juízo Estadual do lugar da apreensão do bem.
- c) pela prevenção do Juízo Federal do lugar do ingresso do bem no país.
- d) pela prevenção do Juízo Estadual do lugar do ingresso do bem no país.

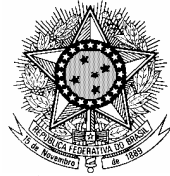
DIREITO EMPRESARIAL

23. Em relação ao *trespasse*, assinale a alternativa CORRETA:

- a) não impõe ao adquirente, em qualquer hipótese, responsabilidade pelos débitos do alienante, existentes à época do negócio.
- b) pode ser definido como o negócio jurídico de alienação do estabelecimento comercial como um todo.
- c) impõe ao alienante o dever de se abster de fazer concorrência ao adquirente, a despeito de autorização contratual diversa.
- d) depende, para sua validade, de forma específica prevista em lei.

24. João e José são sócios da pessoa jurídica J & J Comercial Ltda. que, segundo previsão dos atos constitutivos, explora atividade econômica organizada de compra e venda de ferramentas. Neste caso, pode-se dizer que:

- a) João e José são considerados empresários.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- b) a sociedade J & J Comercial Ltda. é considerada sociedade empresária.
- c) João, José e a sociedade J & J Comercial Ltda. são considerados empresários.
- d) a qualificação de qualquer das pessoas do enunciado como empresários dependerá da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.

DIREITO CIVIL

25. O erro ou ignorância, o dolo, a coação, o estado de perigo, a lesão, a fraude contra credores e a incapacidade relativa do agente:

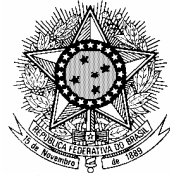
- a) podem ser conhecidos, *ex officio*, pelo juiz.
- b) causam a ineficácia do ato jurídico.
- c) viciam o ato jurídico, mas não impedem a convalidação, ressalvado direito de terceiro.
- d) podem ser alegados pela parte interessada, no prazo prescricional de 2 (dois) anos.

26. O contrato de seguro pode ser classificado como:

- a) comutativo, bilateral, oneroso e formal.
- b) comutativo, unilateral, oneroso e consensual.
- c) aleatório, bilateral, oneroso e consensual.
- d) aleatório, unilateral, oneroso e formal.

27. A respeito das obrigações no Direito Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Podem ser classificadas em *obrigações de dar, fazer e não fazer*.
- b) O direito brasileiro não admite a *mora ex re*.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- c) Não há regra supletiva acerca dos juros moratórios no Código Civil vigente.
- d) A solidariedade pode ser presumida, de acordo com as circunstâncias da obrigação.

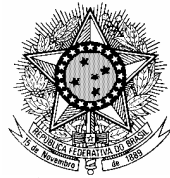
DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

28. É da competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114 da Constituição da República, processar e julgar:

- a) as ações relativas às relações de trabalho, incluídas aquelas das quais façam parte os entes de direito público externo e interno, excetuadas as relações jurídicas decorrentes de vínculo estatutário entre o Poder Público e seus servidores, de acordo com a jurisprudência do STF.
- b) as execuções das contribuições sociais previstas no art. 195, I, 'a', e II, da CR/88, em qualquer caso.
- c) os *habeas corpus*, nos casos em que o paciente tenha contra si imputado delito contra as relações de trabalho.
- d) os conflitos de competência entre Juiz Federal e Juiz do Trabalho.

29. Alceu foi multado pela fiscalização trabalhista, em razão de ter deixado de depositar corretamente o valor devido a título de FGTS a alguns de seus empregados. Não concordando com a autuação, deve Alceu ajuizar ação questionando a sanção imposta:

- a) em desfavor da Caixa Econômica Federal, na Justiça Federal.
- b) em desfavor da Caixa Econômica Federal, na Justiça do Trabalho.
- c) em desfavor da União, na Justiça Federal.
- d) em desfavor da União, na Justiça do Trabalho.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

30. Considera-se caracterizado o vínculo de emprego quando o trabalho é prestado de forma:

- a) onerosa ou gratuita, não habitual, subordinada e pessoal.
- b) onerosa, não habitual, subordinada e pessoal.
- c) onerosa, contínua, subordinada e pessoal.
- d) onerosa, contínua, pessoal e com dependência econômica.

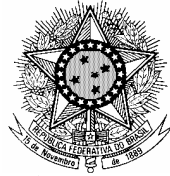
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Almiro ajuizou ação de repetição de indébito tributário contra a União, tendo seu pedido negado em primeiro grau. Interposta apelação, foi improvida pelo Tribunal Regional Federal. Irresignado, interpôs recurso extraordinário, que restou sobrestado nos termos do art. 543-B, § 1º, do Código de Processo Civil. O recurso extraordinário submetido à sistemática da *repercussão geral* foi julgado, pelo Supremo Tribunal Federal, em sentido favorável à União. Transitado em julgado o precedente, o vice-presidente do tribunal de origem declarou prejudicado o recurso extraordinário de Almiro, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC.

Almiro entende que o precedente julgado pelo Supremo Tribunal Federal não se adequou a seu caso, por razões peculiares e que, portanto, o recurso extraordinário deveria ser encaminhado ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Nesta hipótese, segundo a jurisprudência recente do STF, Almiro deverá interpor contra a decisão do vice-presidente do TRF:

- a) recurso especial, por violação do art. 543-B, e seus parágrafos, do CPC.
- b) recurso extraordinário, reiterando seu recurso anterior.
- c) agravo para o Supremo Tribunal Federal.
- d) agravo regimental.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

32. Quanto às condições da ação e aos pressupostos processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

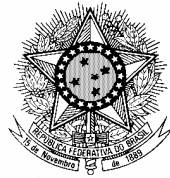
- a) a falta de pressuposto processual positivo leva sempre à extinção do processo sem resolução de mérito.
- b) a *litispendência*, a *coisa julgada* e a *perempção* são classificados como pressupostos processuais negativos.
- c) é admissível novo ajuizamento da ação se o processo foi extinto por ausência de interesse processual.
- d) se uma das condições da ação, em dado caso, era inexistente quando do ajuizamento do feito, mas restou implementada no curso do processo, não é lícito ao juiz extingui-lo sem resolver o mérito.

33. No que toca ao *prequestionamento*, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o *prequestionamento* é entendido como requisito de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, em razão da interpretação dada pelo STF e pelo STJ à expressão “*causas decididas*”, constante do art. 102, III, e do art. 105, III, da Constituição da República.
- b) o STF e o STJ têm entendimento idêntico quanto à existência de *prequestionamento* quando a matéria foi ventilada na origem em sede de embargos de declaração.
- c) não se exige, para fins de *prequestionamento*, a indicação expressa do dispositivo legal ou constitucional tido por violado.
- d) não se entende *prequestionada* a matéria que foi ventilada apenas no voto vencido.

34. Segundo a jurisprudência do STJ, pode-se dizer que NÃO é cabível a interposição de recurso especial:

- a) por violação a decreto federal.
- b) por violação a instrução normativa federal.
- c) por violação a decreto-lei federal editado no regime constitucional anterior.
- d) por violação a medida provisória editada pelo Presidente da República.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

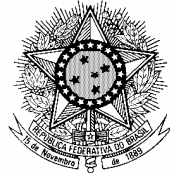
35. Quanto às prerrogativas processuais da Fazenda Pública, é **CORRETO** dizer que esta:

- a) possui prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer e, de modo geral, falar nos autos, entendendo-se a expressão “contestar” como abrangente de outras modalidades de resposta do réu.
- b) possui prazo em dobro para contestar, recorrer e, de modo geral, falar nos autos, entendo-se a expressão “contestar” em sentido estrito.
- c) possui prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, entendendo-se a expressão “contestar” como abrangente de outras modalidades de resposta do réu.
- d) possui prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, entendo-se a expressão “contestar” em sentido estrito.

36. Quanto à admissibilidade do recurso extraordinário, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é admissível quando interposto contra acórdão do STJ que não conheceu do recurso especial.
- b) é admissível quando interposto contra acórdão do STJ, apenas no caso de alegada violação à Constituição ali ter surgido originariamente.
- c) é admissível quando interposto contra acórdão do STJ que julgou o mérito do recurso especial, em qualquer caso.
- d) é admissível, mesmo sem reiteração, quando interposto contra acórdão do STJ se, opostos embargos declaratórios pela parte adversa, o julgamento destes não tiver alterado o resultado do julgamento.

37. Rita ajuizou mandado de segurança contra autoridade federal, cuja causa de pedir era fundamentada em interpretação de dispositivo constitucional. Após regular trâmite do processo, Rita teve sua pretensão negada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que negou provimento à sua apelação. A questão, à época do julgamento, era controvertida nos tribunais, mas, posteriormente, veio a se pacificar no sentido defendido por Rita. Neste caso:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- a) Rita poderá ajuizar ação rescisória, desde que dentro do prazo decadencial de 2 (dois) anos, contado do trânsito em julgado da decisão.
- b) Rita poderá ajuizar ação rescisória, desde que dentro do prazo decadencial de 2 (dois) anos, contado da pacificação da jurisprudência a seu favor.
- c) Rita não poderá ajuizar ação rescisória, porque não esgotou a jurisdição, não tendo interposto recurso especial ou extraordinário contra a decisão do TRF-1ª Região.
- d) Rita não poderá ajuizar ação rescisória, em virtude do entendimento jurisprudencial consolidado na Súmula 343/STF, sendo irrelevante a posterior pacificação da jurisprudência a seu favor.

38. Quanto à *denúnciação da lide* e o *chamamento ao processo*, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é cabível o *chamamento ao processo* do fiador, quando for demandado apenas o devedor.
- b) é cabível o *chamamento ao processo* de todos os devedores solidários, quando demandado apenas um deles por parte da dívida comum.
- c) a *denúnciação da lide* tem natureza condenatória, secundária e eventual.
- d) a *denúnciação da lide* é obrigatória para que o adquirente possa exercer o direito de evicção em face do alienante.

39. No que toca à execução de sentença contra a Fazenda Pública, de acordo com a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) admitida a execução, o juiz, desde logo, arbitrará os honorários advocatícios em favor do exequente.
- b) admite-se a execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública.
- c) é possível a execução provisória contra a Fazenda Pública.
- d) não se computam juros de mora no período compreendido entre a confecção dos cálculos de liquidação e a expedição do precatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

40. Quanto à execução fiscal de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, assinale a alternativa CORRETA:

- a) não poderá ser ajuizada em desfavor de ente de direito público interno.
- b) será arquivada, sem baixa na distribuição, de ofício, pelo juiz, se tiver valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- c) será arquivada, sem baixa na distribuição, de ofício, pelo juiz, se for decorrido o prazo de 1 (um) ano da suspensão da processo, sem que tenha sido localizado o devedor ou seus bens.
- d) não poderá ser ajuizada contra devedor falido.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

41. Sobre Sistema Tributário e *limitação ao poder de tributar*, marque a alternativa CORRETA:

- a) O *princípio da anterioridade do exercício financeiro* não se aplica ao imposto de importação, ao imposto de exportação e ao imposto sobre produtos industrializados.
- b) É possível ao Poder Público estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- c) Somente é possível usar tributo com efeito de *confisco* no caso de terras, em qualquer região do país, onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.
- d) Pelo *princípio da capacidade contributiva*, os tributos devem ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, isto é, deve pagar mais aquele que possui maior disponibilidade financeira. É o que ocorre no caso do IPVA, cuja alíquota, em regra, é maior para veículos mais caros e luxuosos.

42. Assinale a alternativa ERRADA:

- a) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

b) Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária;

c) Os Estados e o Distrito Federal podem instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas;

d) O Distrito Federal pode instituir contribuição, na forma da respectiva lei, para o custeio do serviço de iluminação pública, desde que observe os princípios da irretroatividade, da anterioridade e da noventena tributária.

43. No tocante à constituição do crédito tributário, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa CORRETA:

a) o Imposto de Renda de Pessoa Física é sujeito ao lançamento por declaração.

b) o *lançamento* é ato jurídico que pode ser praticado pela Administração ou pelo contribuinte, recebendo, neste último caso, o nome de “autolanzamento”.

c) a entrega, pelo contribuinte, de declaração prevista em lei, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário no caso de tributo sujeito ao lançamento por homologação.

d) o *lançamento por homologação* exige sempre a manifestação expressa da Autoridade Fiscal.

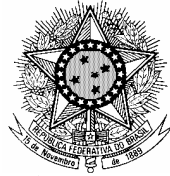
44. Marque a opção CORRETA:

a) Segundo texto expresso do Código Tributário Nacional, a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei ou a destinação legal do produto da sua arrecadação.

b) A lei expressamente interpretativa aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso.

c) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.

d) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre extinção ou isenção do crédito tributário e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

45. Analise as afirmativas abaixo e assinale a opção CORRETA:

I. O fato gerador da obrigação acessória tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

II. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. O sujeito passivo da obrigação principal pode ser tanto o contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, quanto o responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

III. Hipótese de incidência é a descrição legal da situação necessária e suficiente para o surgimento da obrigação tributária. Já o fato gerador é a ocorrência empírica da hipótese de incidência.

IV. Sujeito ativo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

- a) Apenas o item IV está ERRADO.
- b) Apenas o item I está ERRADO.
- c) Apenas o item II está CORRETO.
- d) Nenhuma das anteriores.

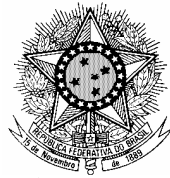
46. É modalidade de SUSPENSÃO do crédito tributário:

- a) a prescrição;
- b) o depósito do seu montante integral;
- c) a transação;
- d) a remissão.

47. Sobre a responsabilidade tributária, assinale a opção CORRETA:

a) Ainda que tomada medida de fiscalização pelo Poder Público, mas antes da instauração do procedimento administrativo, é possível excluir-se a responsabilidade por infração, através da denúncia espontânea, desde que o contribuinte proceda ao pagamento do tributo devido e dos juros de mora.

b) Os sócios minoritários das pessoas jurídicas são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com *excesso de poder* ou *infração de lei*, *contrato social* ou *estatutos*.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

c) O adquirente sempre responderá pelos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis adquiridos.

d) Quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, a responsabilidade pessoal do agente será excluída quando demonstrado que foram praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego.

48. Assinale a alternativa CORRETA, em relação à competência tributária e capacidade tributária ativa:

a) competência tributária e capacidade ativa tributária são conceitos *sinônimos*, de índole constitucional.

b) competência tributária e capacidade ativa tributária são conceitos sinônimos, de índole infraconstitucional.

c) admite-se que um ente seja dotado de capacidade tributária ativa, mas não da correspondente competência tributária.

d) todo ente dotado de capacidade tributária ativa possui competência tributária.

49. Assinale a opção CORRETA:

a) O tributo, na modalidade de imposto, deve, conforme a CR/88, ter o seu fato gerador vinculado à capacidade contributiva do sujeito passivo.

b) Os princípios gerais de direito privado foram adotados como critério de integração da legislação tributária.

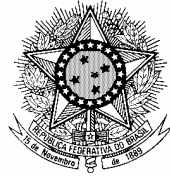
c) A isenção, em nenhuma circunstância, é aplicável às taxas e às contribuições de melhoria.

d) O protesto judicial suspende a prescrição.

50. Em relação ao *princípio da não cumulatividade*, marque a alternativa CORRETA:

a) IPI, ICMS, PIS/PASEP e COFINS devem obedecer ao *princípio da não cumulatividade*, em todo caso.

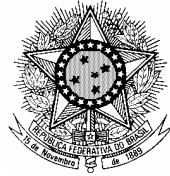
b) apenas o ICMS, o PIS/PASEP e a COFINS devem obedecer ao *princípio da não cumulatividade*, em todo caso.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

c) apenas o IPI, o PIS/PASEP e a COFINS devem obedecer ao *princípio da não cumulatividade*, em todo caso.

d) apenas o IPI e o ICMS devem obedecer ao *princípio da não cumulatividade*, em todo caso.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

Prova de Seleção para Estágio na Área de Direito

2011

Gabarito Rascunho

Candidato : _____ CPF: _____

Questão	Item	Questão	Item	Questão	Item	Questão	Item
1	11	21	31	41			
2	12	22	32	42			
3	13	23	33	43			
4	14	24	34	44			
5	15	25	35	45			
6	16	26	36	46			
7	17	27	37	47			
8	18	28	38	48			
9	19	29	39	49			
10	20	30	40	50			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

GABARITO OFICIAL

SELEÇÃO 2011

RESPOSTAS

1 – *d*

2 – QUESTÃO ANULADA (Itens *a* e *b* como respostas possíveis)

3 – *a*

4 – *a* – Robert Alexy, *La formula del peso*, item II (*Teoria de la argumentacion*, p. 350)

5 – *c*

6 – *d* – Emenda Constitucional nº 15/96 é exemplo disso.

7 – *b*

8 – *c*

9 – *b*

10 – *d*

11 – *d*

12 – *d*

13 – *c*

14 – *c*

15 – *a*

16 – *b*

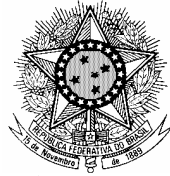
17 – *d*

18 – *d*

19 – *c*

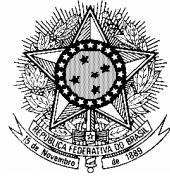
20 – *b*

21 – *c* – SV nº 24/STF



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- 22 – *a* – Súmula nº 151, STJ.
- 23 – *b* – arts. 1.143, 1.144 e ss. do CC. Enunciado 393 da IV Jornada de Direito Civil (STJ).
- 24 – *b* – art. 966, CC
- 25 – *c* – art. 152, CC
- 26 – *c* – art. 757, CC
- 27 – *a* – Luciano Penteadó, pp. 68-69.
- 28 – *a* – art. 114, I, CR/88 e ADI 3.395-6
- 29 – *d* – art. 114, VII, da CR/88 e art. 23 da lei 8.036/90
- 30 – QUESTÃO ANULADA – art. 3º, CLT, refere-se à “não eventualidade”.
- 31 – *d* – decisão do STF
- 32 – *a* – art. 113 § 2º do CPC, incompetência
- 33 – *b* – sumulas 282 356 stf e 211 STJ. Diferença
- 34 – *b* – jurisprudência pacífica do STJ
- 35 – *c* – art. 188, CPC. Nelson Nery, Jr. CPC comentado.
- 36 – *b* - jurisprudência pacífica.
- 37 – *a* – repetitivo do STJ não aplica súmula 343 do stf em matéria constitucional
- 38 – *a* – art. 77, I, CPC
- 39 – *a* – Lei nº 9.494
- 40 – *c* – Lei nº 6.830, art. 40 § 2º.
- 41 – *a*
- 42 – *c*
- 43 – *c*
- 44 – *a*



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

45 – *d*

46 – *b*

47 – *d*

48 – *c*

49 – *a*

50 – *d*